

27 AGO 1979

Sarney discute reforma partidária

O Globo

O presidente da Arena, senador José Sarney, disse ontem que espera receber do presidente João Figueiredo, durante a audiência de hoje à tarde no Planalto, as diretrizes que orientarão o novo partido do governo, a partir do próximo ano.

Sarney, que até aqui vinha se dedicando a sondagens junto às correntes arenistas sobre as suas pretensões em relação ao novo partido, acha que chegou a hora de "falar, de apresentar idéias e princípios doutrinários da nova agremiação, como também de avaliar numericamente as forças que acompanharão o Governo".

O presidente da Arena já recebeu a orientação do ministro da Justiça, Petrônio Portela, sobre a sua missão específica que ocorrerá paralelamente à do próprio ministro, que é de coordenar no todo a reformulação partidária. Ele acha que "Petrônio continuará no comando do atacado quanto ele vai trabalhar no varejo".

MISSÃO PETRÔNIO

O ministro Petrônio Portela começa a observar a partir de amanhã, quando a lei da anistia estiver sancionada, o comportamento dos políticos, de modo especial as forças que estão retornando ao Brasil. O Governo está convencido de que seria prematuro fazer qualquer prognóstico sobre a capacidade de polarização dos dois anistiados, que possivelmente reunirão mais adeptos: os ex-governadores Leonel Brizola e Miguel Arrais.

Em razão disso é que a partir do momento em que pisarem o solo brasileiro, o Governo lhes vai seguir os passos, através de observação e de pesquisas de opinião pública. Segundo uma fonte do Governo, o trabalho do ministro Petrônio Portela "tem objetivos de curto, médio e longo prazos, e não se admitirá nenhum tipo de precipitação quanto à reformulação partidária".

MISSÃO SARNEY

Sarney conversará com cada parlamentar, hoje integrante dos quadros arenistas, e com lideranças oposicionistas, num trabalho de "aliciamento, se for o caso, mas sobretudo de doutrinação em torno das idéias do presidente João Figueiredo". O dirigente arenista evitará, durante essas conversas, arriscar qualquer definição quanto à posição do partido — se de centro ou de direita, por exemplo — porque prefere "formar

um caráter definitivo no partido do Governo".

Com esse partido, o Governo não quer correr riscos de defecções em massa como a de 25 deputados — computados também os que não compareceram à sessão do Congresso — que deixaram de apoiar o substitutivo Ernany Sátiro ao projeto de anistia. Daí porque o senador José Sarney, ao mesmo tempo em que definirá os limites de poder do que chama de partido no Governo, pedirá comprometimento com a legenda que vier a se formar em torno do presidente João Figueiredo.

PARTIDO EXCLUIDENTE

O senador José Sarney está tranquilo quanto à maioria parlamentar do partido do governo. Ele acha que será possível transplantar para essa agremiação — "desde que seja reconhecido o seu papel de partido do Governo" — ponderáveis forças que hoje se dividem regionalmente, porque elas confiam no poder de liderança e de moderação do presidente João Figueiredo.

O senador José Sarney nunca aceitou a tese de que o governo deve dispor de legenda alternativa, função que inicialmente se atribuiu ao hoje denominado Partido Independente, em fase de formação.

Mas foi graças ao apoio de antigos udenistas, como o vice-presidente Aureliano Chaves e o governador Antônio Carlos Magalhães, da Bahia, que ele encontrou argumentos definitivos para que o governo concentrasse o seu embasamento político no Arenão.

Essa tese vem prevalecendo, apesar dos protestos de figuras expressivas como o governador Ney Braga, do Paraná; e do ex-prefeito de São Paulo, Olavo Setubal, que defendiam a organização do Partido Independente para secundar o apoio ao Governo, reunindo lideranças nacionalmente vinculadas a Figueiredo, mas regionalmente desacomodadas em relação aos governadores e aos ex-pessoalistas.

O Partido Independente, que parlamentares moderados preferem chamar de partido de centro democrático, será integrado por políticos oriundos principalmente do MDB. Segundo um prócer oposicionista, o senador Trancredo Neves contaria, a esta altura, com nada menos do que 90 deputados do MDB, dispostos a acompanhá-lo nesse partido.

De acordo com o mesmo informante,

"esse partido que congregará numerosas forças que pertenciam ao PSD, deverá conquistar valores de outras procedências, como o senador Paulo Brosard (MDB-RS), por exemplo, homem talhado para integrar um partido de braços abertos para a afilhada classe média brasileira e de olhos arregalados para a fiscalização dos negócios públicos".

Um otimismo aparente envolve os organizadores do Independente ou partido de centro democrático. O ex-prefeito Olavo Setubal, por exemplo, na quinta-feira, afirmava no Comitê de Imprensa do Senado que "esse partido estará a postos para disputar o poder na próxima sucessão presidencial sem vetos da Revolução." Essa frase fora dita com pequena alteração na ordem das palavras, na manhã de terça-feira ao senador Murilo Badaró (Arena-MG), pelo ministro da Justiça, Petrônio Portela.

Se os dois partidos que se dizem "centristas" já estão com alguns pontos e forças delineados, o mesmo não ocorre com os outros dois partidos que pretendem se situar à esquerda do regime brasileiro — o trabalhista e oemedebista.

E é sobretudo para as movimentações em torno da organização desses partidos que o Governo se voltará através do ministro da Justiça, a partir do instante em que for sancionada lei da anistia. Dirigentes arenistas estão reforçando a tese já aprovada pelos setores mais liberais do Governo: "Não criar qualquer tipo de obstáculo à movimentação dos anistiados, rumo à reformulação partidária".

Para esses setores "é oportuno que os anistiados circulem em plena liberdade para que ninguém se some a eles artificialmente como se fosse em protesto à ação do Governo". Essa orientação, de acordo com dirigentes arenistas, deverá prevalecer "sob pena de não se avançar em segurança a capacidade de aglutinação dos diversos polos que entrarão em ação a partir da anistia política".

Somente após a sanção do projeto da anistia o ministro da Justiça vai se dedicar completamente ao novo tema. Mas pelos cálculos de arenistas com acesso ao Ministério da Justiça e ao Planalto, "a partir de 15 de setembro, o projeto de nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos chega ao Congresso a qualquer hora".